

Ministério da Educação – MEC
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC



“Resignificação do Ensino Agrícola”

- Relatório Consolidado da Região Sul -

(Rio do Sul, 11 e 12 de agosto de 2008)

Brasília (DF), agosto de 2008.

APRESENTAÇÃO

O presente documento é resultado do Seminário de Educação Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica da Região Sul, cujo tema foi a “*Resignificação do Ensino Agrícola*”, realizado nos dias 11 e 12 de agosto de 2008, no Parque Universitário Noberto Frahn, na cidade de Rio do Sul - SC. O evento foi promovido pelo Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica / SETEC, através da Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, e a Escola Agrotécnica Federal-Rio do Sul.

Observa-se a necessidade cada vez maior do ensino agrícola ser visto em outra dimensão: associado a uma nova cultura do trabalho e da organização social, como a produção orgânica, pequenas propriedades e agricultura familiar.

O objetivo do Seminário foi discutir um novo conceito para a formação agrícola, de forma que esta responda a todas as demandas e desafios do momento atual e futuro.

O evento contou com a participação de 160 pessoas, entre educadores da rede federal de educação profissional e tecnológica (diretores de ensino, coordenadores pedagógicos, professores), e alunos das seguintes Unidades de Ensino da Rede Federal: Escola Agrotécnica Federal de Alegrete / EA, Alegrete - RS; Escola Agrotécnica Federal de Sertão/EAF, Sertão-RS; Escola Agrotécnica Federal de Concórdia/EAF, Concórdia-SC; Escola Agrotécnica Federal de Sombrio/EAF, Sombrio-SC; Colégio Agrícola Frederico Westphalen – UF Santa Maria-RS; Colégio Politécnico de Santa Maria – UFSM-RS; Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça – UFPEL; Colégio Agrícola de Camboriú – UFSC-SC; Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de oliveira – UFSC-SC; Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul/CEFET, São Vicente do Sul-RS; Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves/CEFET, Bento Gonçalves-RS; Unidade de Ensino Descentralizada de Júlio de Castilhos/UNED, Júlio de Castilhos–RS. Participaram também do Evento representantes do

Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária – MAPA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Também estiveram presentes os responsáveis pelo ensino agrícola na rede federal no período da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário - COAGRI¹, os professores José Dantas Cavalcante (EAF Manaus/COAGRI); José Cimino (EAF Barbacena/COAGRI); Oscar Lamounier Godofredo Júnior (COAGRI); e as professoras Lylia Siomonessi Damasceno (EAF Uberlândia/COAGRI); Maria Nazaré Vilelela Dantas (COAGRI); e Vera Lúcia Versiani (COAGRI).

O evento foi organizado em três momentos. Inicialmente, foi feita uma reflexão sobre o Ensino Agrícola na Rede Federal – “*Resignificação do Ensino Agrícola*”; no segundo momento foram formados três Grupos de Trabalho cujo objetivo foi diagnosticar a realidade da educação agrícola na atualidade, indicar os desafios e propor estratégias para a superação. O terceiro momento ficou dedicado à plenária final. O objetivo foi o de socializar as informações oriundas dos três grupos e também possibilitar a todos os participantes apresentarem sugestões e críticas enriquecendo as propostas em geral.

O presente relatório sistematiza os principais aspectos de cada uma das três etapas, a partir dos pontos fundamentais ressaltados pelos palestrantes e participantes dos grupos de trabalho: os elementos centrais relativos a cada tema específico e as proposições que deverão subsidiar a formulação de políticas públicas.

Além disto, são contemplados alguns pontos destacados pelos participantes durante os debates. Por fim, são apresentadas breves considerações sobre o seminário a partir das impressões da própria Coordenadora.

1 - Foi criada em 1973, através do Decreto nº 72.434 de 09 de julho de 1973, a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI), e, em 14 de outubro de 1975, através do Decreto nº 76 436, são fixadas suas competências e alterado seu nome para Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário-COAGRI, órgão autônomo do MEC, cuja a finalidade era prestar assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em ensino agrícola. Ficaram subordinados à COAGRI, todos os Colégios Agrícolas e de Economia Doméstica que eram vinculados ao Departamento de Ensino Médio (DEM). A existência desse órgão passou por significativas transformações na administração e manutenção de uma rede de 33 Escolas Agrotécnicas Federais que ofereciam ao técnico agropecuário uma formação que privilegiava seu papel de liderança, visto àquela época, ele deveria atuar como agente de mudanças junto às populações rurais e as populações das periferias urbanas, onde uma massa de “bóias-frias” precisavam de atenção.

ABERTURA DO SEMINÁRIO

A abertura oficial do Seminário do Ensino Agrícola da Região Sul coube ao Diretor Geral da EAF Rio do Sul, professor Cláudio Adalberto Koller, à representante do Diretor de Políticas da Educação Profissional da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC, Mariângela de Araújo Póvoas Pereira (Consultora Pnud/MEC) e pelo Grupo de Trabalho do Ensino Agrícola².

Também estiveram presentes os seguintes convidados: representante do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, Virginia Mendes C. Lira, e do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Inês Claudete Burg, ambas integrantes da Comissão Interministerial de Educação em Agroecologia e Sistemas Orgânica de Produção³.

Após uma breve saudação aos componentes da mesa, homenageados e participantes, o Diretor Geral da EAF Rio do Sul, professor Cláudio Koller, ressaltou sua imensa alegria em participar de Evento tão importante para a sociedade brasileira. Iniciou sua palestra registrando as datas comemorativas: dia dos pais, dia do estudante e a comemoração dos *Cem Anos do Ensino Técnico*.

Enfatizou as modificações ocorridas nos últimos vinte anos, a autarquização, a Lei de Diretrizes e Bases, o Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997, afirmando que nunca foi oportunizada a chance de discutir, diferenciando-se do momento atual.

Levantou algumas dificuldades do dia-a-dia da gestão escolar, do Conselho dos Dirigentes de Escolas Agrotécnicas – CONEAF, relacionando-as com a concepção da Escola Fazenda que necessita ser atualizada/readequada.

2 - Prof. Canrobert Kumpfer Werlang (Diretor do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria/RS); Prof. Eli Lino de Jesus (Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba/MG); e Prof. Francisco José Montório Sobral (Escola Agrotécnica Federal de Concórdia/SC). O Prof. Genival Alves de Azeredo (Diretor do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros da Universidade Federal da Paraíba/PB) não esteve presente.

3 - A Comissão Interministerial de Educação em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção é composta pelos Ministérios da Educação – MEC, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, do Desenvolvimento Agrário – MDA, do Meio Ambiente – MMA e da Ciência e Tecnologia – MCT, e foi instituída pela Portaria nº 177, de 3 de julho de 2006. Sua finalidade principal é construir, aperfeiçoar e desenvolver políticas para a inclusão e incentivo à abordagem da agroecologia e de sistemas orgânicos de produção nos diferentes níveis e modalidades de educação bem como no contexto das práticas e movimentos sociais, do mundo do trabalho e das manifestações culturais

Abordou a necessidade de rever as matrizes curriculares, e principalmente a matriz integrada. Finalizou sua apresentação desejando um bom trabalho para todos.

Coube a Mariângela Pereira, consultora do Pnud/MEC, representar o Diretor de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, da SETEC/MEC, professor Luiz Caldas. Destacou a importância do grande momento que atravessa a Educação Profissional e Tecnológica, salientando dever-se “às decisões de um governo que demonstra profunda compreensão do valor estratégico da mesma para o desenvolvimento nacional”.

Afirmou que um novo lugar no desenvolvimento científico e tecnológico da rede federal está sendo construído para essa modalidade de ensino. Novo como resultante das discussões, reflexões e transformações gestadas ao longo dos seminários do ensino agrícola que estão em curso regionalmente. “O debate sobre a resignificação do ensino agrícola”, disse, “é de fundamental importância para que a Rede das EAFs esteja sintonizada com as demandas do desenvolvimento social local e regional”.

Finalizou sua apresentação citando um trecho da carta de Albert Einstein escreveu para seu filho, em 1930. Naquela oportunidade, Einstein apontou que “a vida é como andar de bicicleta: é preciso manter-se em movimento para manter-se em equilíbrio”.

O representante do Grupo de Trabalho do Ensino Agrícola, professor Francisco Sobral, da EAF-Concórdia, apresentou o histórico do Grupo de Trabalho, criado no ano de 2006, quando ainda não se falava de Institutos Federal de Educação, Ciência, e Tecnologia - IFETs.

Enfatizou que o ensino agrícola criou identidade com a instituição da COAGRI e destacou que esta veio para atender a demanda do agronegócio e que se espalhou por todo o País no período da Revolução Verde. E destacou que décadas após a implantação da Revolução Verde, houve uma transformação na qual se evidencia que o agronegócio não necessita mais dos Técnicos Agropecuários. A demanda atual é por Agrônomos, Zootecnistas e demais profissionais de nível superior.

Ressaltou que, diferentemente do negócio agrícola, as pequenas cooperativas, associações, os sindicatos, demandam técnicos agrícolas. Sugeriu que se reflita sobre as matrizes tecnológicas, bem como redirecionar e integrar o currículo, adequando conhecimentos que apontem não apenas para o agronegócio, mas também para a pequena produção.

Enfatizou que é preciso redirecionar e afirmou que é possível que as particularidades apontam para posições diferentes. Citou, como exemplo, as escolas da região Norte que se encaminham para a desterritorialização. As da região Centro-Oeste – no caso Cuiabá/MT, um dos centros do agronegócio –, também têm nova dinâmica voltando seu olhar para agricultura familiar. Isso apontaria para uma nova política para o ensino agrícola.

Sugeriu que é oportuno pensar numa transição agroecológica. E alertou que nos encontros realizados as idéias tomam corpo e é importante que se saia mais aliviado quando questões que atormentam a mais de dez anos são tratadas.

Finalizou sua apresentação dizendo que “cada um deve sair daqui se sentido como um ator”. O panorama dos Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs, que é novo, vem para garantir uma identidade para o ensino agrícola, que já foi garantida pela COAGRI, e que “existe certo temor em sermos sugados e sombreados pelos CEFETs urbano-industrial”. Aproveitou para lançar a seguinte pergunta: “será que não perderemos a nossa identidade centenária?”.

O professor Genival Azeredo complementou a fala do professor Francisco Sobral salientando que os representantes do Grupo de Trabalho do Ensino Agrícola, são professores da rede e não do Ministério da Educação. Mencionou que o objetivo de todos não é impor nada para as escolas e que existem algumas contradições no documento base que serviu para nortear as discussões. Fato, no entanto, que considerou normal, pois foi um instrumento construído por cinco pessoas sendo inevitáveis as contradições visto que são olhares e vivências diferenciadas.

Destacou que a necessidade de se pensar um perfil único para o Técnico Agrícola no Brasil. Colocou que o ponto de equilíbrio estaria em que cada escola

deverá pensar e repensar suas formas e metodologias para formar técnicos de qualidade.

Fez referência ao Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004⁴, que trata dos cursos de educação profissional e tecnológica questionando se será possível ter cursos com a mesma qualidade em todas as modalidades: integrado, concomitante e subsequente e PROEJA⁵.

Dissertou sobre as diferentes formações e culturas nas diferentes regiões do País. E destacou sua preocupação de que a histórica demanda dos povos do campo não venha a ser atendida pelo conjunto das unidades.

Terminou a sua fala criticando a forma como algumas escolas vêm tratando o ensino integrado. Segundo o docente, “é um faz de conta e não existe realmente integração de fato”.

Retomada as discussões o professor Cláudio Koller, como presidente do CONEAF, iniciou a sessão de informes no qual destacou os seguintes pontos:

- Estudo realizado a pedido do Ministro da Educação ao CONEAF sobre a contribuição de taxas de internatos nas trinta e seis escolas agrotécnicas, aponta para uma receita de aproximadamente nove milhões;
- Estudo sobre a isenção de cobrança de taxas nos internatos;
- Custo para manter os alunos nas EAFs;
- Metodologia para distribuição de cargos docentes: na expansão o critério sugerido pela SETEC é a produtividade, ou seja, no primeiro momento a relação professor aluno é de 01 (professor) para 15 (alunos) resultando em 60 (professores) por Escola; e que, no segundo momento, será de 01 (professor) para 25 (alunos);
- Dificuldades de o ensino agrícola alcançar essa relação sugerida pela SETEC pelas suas especificidades;
- A não pulverização dos cursos de Técnico Agrícola;
- A implantação da matriz integrada para os cursos;

4 - O Decreto 5154 - regulamenta o parágrafo 2º do art.36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.349, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e bases de cursos de Educação Profissional e Tecnológica.

5 - PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação com a Educação Básica na Modalidade EJA.

- Recursos dos IFETs para construção;
- Contração de professores para os IFETs a partir de maio/abril de 2009.

Ao diretor do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria, professor Canrobert Kumpfer Werlang, também representante do GT do Ensino Agrícola, coube a responsabilidade pela apresentação da Metodologia de condução dos trabalhos.

Antes, contudo, lembrou a importância de que as discussões deveriam ser pautadas também por questões concernentes à educação inclusiva e da relevância de se contextualizar a realidade brasileira na trajetória formativa do estudante.

Já se valendo da experiência do Seminário da Região Nordeste, em Vitória do Santo Antão, o Diretor apresentou a metodologia⁶ através da exposição de diapositivos, como forma de melhorar sua didática e a compreensão do público.

Destacou a opção de se trabalhar em três pequenos grupos visando melhorar a dinâmica do processo, possibilitando estabelecer uma discussão mais aprofundada, objetiva e consistente da temática. Ressaltando, da mesma maneira, que os integrantes de cada grupo receberão em meio físico e eletrônico as planilhas nas quais constam as questões norteadoras para as quais deverão ser apontadas as respostas. As questões foram extraídas do documento base e das contribuições enviadas pela maioria das instituições que atuam no ensino agrícola.

O resultado final do Seminário servirá de subsídio para a SETEC/MEC na formulação de políticas para o Ensino Agrícola, através de resoluções, diretrizes e indicativos.

Finalizou sua apresentação com apresentação de uma poesia do Kalil Gibran: *“Se não consegues trabalhar com alegria, é melhor deixar o trabalho e sentar à porta do templo para pedir esmolas aos que trabalham com alegria.”*

6 – A Metodologia Participativa favorece o engajamento, o comprometimento e a participação de todos envolvidos para a consecução dos objetivos do Evento.

PLENÁRIA FINAL - QUADRO SÍNTESE

Na seqüência são apresentadas as contribuições dos participantes do Seminário do Ensino Agrícola da Região Sul na forma de quadro síntese. Consta dele: proposições, dificuldades e exemplos, tendo como base as 21 questões motivadoras.

Após o Quadro Síntese são abordadas as principais questões levantadas pelos participantes na plenária final e as considerações da Coordenadora sobre o Evento.

PLENÁRIA FINAL E DESTAQUES

A plenária final iniciou com a apresentação da dinâmica pelo professor Canrobert Kumpfer Werlang, representante do GT, que elogiou a participação e seriedade com que o trabalho foi desenvolvido tanto em grupo quanto no geral, destacando a utilização de uma linguagem adequada aos objetivos do Evento.

A apresentação foi feita pelo professor Lenir Antônio Hannecke, da EAF de Sertão-RS, tendo como auxiliar na relatoria o professor Gerson Luiz da Luz, da EAF de Sertão-RS.

Um dos primeiros destaques apontados na plenária final foi o desafio de valorizar a interdisciplinaridade como estratégia de construção do conhecimento. Destacou-se oportunizar a formação integral visando a formação humana em sua totalidade em termos epistemológicos e pedagógicos, o que implica uma abordagem que considere a indissociabilidade entre a ciência e a cultura, humanismo e tecnologia. Reforçando a importância da temática foi sugerida a criação de um grupo de estudos com temas relacionados à formação integral e momentos para aprofundamento.

Foi também apontado o desenvolvimento de projetos pessoais e coletivos na escola com a proposta emancipatória. Igualmente, que os projetos coletivos poderiam ser desenvolvidos no período de três anos, bem como a redefinição da proposta pedagógica e curricular da escola, e promoção de eventos com a participação do aluno devem ser mais abrangente.

O ponto mais polêmico da plenária final foi a discussão sobre o retorno dos **Setores Didáticos**⁷(Unidades de Ensino e Produção – UEPS, Setores de Produção, Laboratórios de Produção , etc.). O grupo se dedicou à questão ressaltando a necessidade de estimular a parceria público-privado, as dificuldades encontradas para manter o professor no setor e estímulos quanto a gratificação (FG) do professor responsável pelo setor.

7 - Após longa discussão se chegou a um consenso de denominar as Unidades de Ensino e Produção, Laboratório de Produção ou Setores de Produção de Setores Didáticos, com objetivo de contemplar dos os setores de ensino e produção da escola.

Outro ponto polêmico foi a manutenção do modelo escola–fazenda - aula ou pesquisa, levando em consideração que o setor é responsável técnico e não do profissional. Foi defendida a tese de que as Unidades de Ensino e Produção – UEP devem se remeter à pesquisa e à produção.

A manutenção do refeitório deve ser de responsabilidade das UEPs. Quanto à pesquisa, será realizada pelo o professor e o técnico.

Com relação ao Ensino Agrícola, em particular, os destaques apontados foram:

- Elaborar o Planejamento Estratégico a partir das necessidades da região em longo prazo e potencializar a gestão estratégica interinstitucional para inserção da escola ;
- Proporcionar condições de geração de tecnologias adequadas às realidades locais;
- Incluir e/ou enfatizar no currículo conteúdos que contemplem o associativismo, cooperativismo, sindicalismo e formas de economia solidária;
- Incorporar no processo de ensino aprendizagem a adoção de tecnologias de produção com suas ações e reações;
- Romper paradigmas convencionais, mostrando as possibilidades existentes, buscando a aceitação das novas tecnologias adaptadas à agricultura familiar;
- Criar unidades de cooperativa escola (com base nos princípios da economia solidária);
- Construir um processo de interação da escola com segmentos sociais (acampados, quilombolas, indígenas, assentados, filhos de produtores rurais) respeitando sua diversidade, com práticas efetivas e abrangentes destes universos;
- Estabelecer um programa de inserção onde a escola vá até as comunidades, construindo projetos de extensão;
- Grade e curso integrado e integração dos tempos e espaços escolares;

- Definir critérios objetivos para o processo seletivo visando identificar o perfil dos alunos a partir do Plano Político Pedagógico;
- Oferecer infra-estrutura adequada, alimentação, moradia e capacitação da comunidade escolar para o convívio com as diversidades (incluindo alimentação, transporte, serviços de saúde, bolsas de estudo, assistente social);
- Manter um link na WEB da escola; proporcionar informações (banco de emprego); manter um banco de dados atualizado; trabalhar com o aluno o contato efetivo através de correspondências;
- Desenvolver programa de acompanhamento de egressos;
- Articular eventos de parceria com entidades de classes (sindicatos, associações, cooperativas entre outras) representativas dos profissionais;
- Realizar pesquisas periódicas com os egressos em relação a sua atuação nos estágios; fazer pesquisas de satisfação junto aos empregadores dos egressos, para levantar possíveis problemas; sistematizar as avaliações feitas nos relatórios finais (defesa);
- Conscientizar o aluno sobre a importância de retornar e manter contato antes de sair da escola; sensibilizar o aluno da importância de retornar a escola, independente da área de atuação do egresso;
- Estabelecer definições e conceituações que caracterizem atividades didáticas e trabalho educativo construindo, com a participação do MEC, do Legislativo, do Judiciário e entidades de classe, um marco legal que respalde as ações das escolas;
- Na impossibilidade de construção do marco legal, que respalde as ações didáticas da escola, com relação aos alunos menores de 16 anos, discutir a idade mínima de ingresso na escola;
- Criar um fundo específico para financiar pesquisa e extensão para educação agrícola técnica e tecnológica; e
- Incluir orçamento específico para custear despesas com internato.

CONSIDERAÇÕES DA COORDENADORA

Das reflexões, discussões e proposições apresentadas no Seminário do Ensino Agrícola da Região Sul é possível depreender que o ensino agrícola necessita promover a formação humana na sua totalidade, indissociável da ciência e da cultura, humanismo e tecnologia.

Da mesma maneira, que a resignificação do ensino agrícola significa contribuir com ações efetivas no sentido de desenvolver possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos que a constituem.

O ensino agrícola deve, também, introduzir na sua pauta a reflexão do trabalhador camponês sobre as transformações na natureza e de seu trabalho. Essa proposta sugere seu avanço no sentido de se tornar uma educação tecnológica, para além do saber fazer. Neste caso, o estudante em formação tem o direito e o dever de refletir sobre sua profissão de forma contextualizada e aprender os elementos necessários para uma reflexão crítica.

Para que assim aconteça, existe a demanda de que, mais do que uma mera formação técnica e sua inserção no mercado por meio do certificado, ocorra sua formação que lhe proporcione a oportunidade de elevar o nível de conhecimento para além do senso comum, de modo a ser capaz de elaborar crítica sobre a divisão social do trabalho no capitalismo e suas conseqüências sobre as relações dos homens entre si e com a natureza.